



Administração Pública e Gestão Social

E-ISSN: 2175-5787

apgs@ufv.br

Universidade Federal de Viçosa

Brasil

Duarte Pimentel, Thiago

O Espaço em Situações de Gestão: entre a gestão estratégica e a gestão social
Administração Pública e Gestão Social, vol. 6, núm. 3, julio-septiembre, 2014, pp. 141-
150

Universidade Federal de Viçosa
Viçosa, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351556451004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O Espaço em Situações de Gestão: entre a gestão estratégica e a gestão social

The Space on Management Situations: between strategic and social management

Thiago Duarte Pimentel

Doutor em Ciências Sociais, Professor Adjunto, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil, thiagodpimentel@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/9841188234449467>

Resumo: Partindo da suposição de que as estruturas ônticas da realidade, espaço e tempo, têm rebatimentos sobre seus domínios epistemológicos, teóricos, metodológicos e práticos, neste artigo realizo uma discussão sobre os conceitos de espaço social e de situação de gestão, tentando esboçar seus desdobramentos no âmbito da gestão estratégica e da gestão social. Reviso teoricamente os temas espaço, na teoria social, gestão estratégica e gestão social buscando evidenciar a emergência do espaço como dimensão relevante em situações de gestão. Em seguida, analiso as formas de relacionamento, utilização e modulação do espaço por diferentes atores sociais, organizacionais e institucionais num dado contexto. Especificamente, apresento um "catálogo" das categorias espaciais na teoria social e suas possíveis implicações sobre a gestão estratégica ou social. Espera-se que a identificação das formas de utilização estratégicas do espaço permita potencializar as relações produtivas, enquanto as sociais contribuam para inserção, coletiva e democrática de atores na esfera pública.

Palavras-chave: ontologia, espaço, situações de gestão, gestão social, gestão estratégica.

Abstract: Starting from the assumption that ontic structures of reality, space and time, have implications over epistemological, theoretical, methodological and practical domains, in this paper I make a discussion about the concepts of social space and management situation, trying to outline their consequences over the framework of strategic and social management. A theoretical review on the space theme in social theory, as well in these of strategic and social management was made seeking to highlight the emergence of space emerges as relevant dimension in management situations. Then I analyze the forms of relationship, and modulation of space utilization by different social, organizational and institutional actors in a given context. Specifically, we present a "catalogue" of spatial categories in social theory and how they link – or can be linked – with the strategic and/or social management. We hope that the identification of the forms of strategic use of space allows enhance productive relations, while the social ones can contribute to collective and democratic insertion of actors in the sphere of public action.

Keywords: ontology, space, management situations, social management, strategic management.

Texto completo em português: <http://www.apgs.ufv.br>
Full text in Portuguese: <http://www.apgs.ufv.br>

Introdução

O espaço é um importante fator de produção que deve ser levado em conta quando da formulação e implementação de estratégias, pois ele pode potencializar ou restringir as possibilidades de ação, de acordo com a maneira como ele é utilizado, organizado e gerido, por um único ator ou um conjunto de atores sociais, organizacionais e institucionais. Apesar disso, ele raramente é considerado como uma variável de ação pertinente a um problema de gestão (Raulet-Croset, 2008) ou como uma categoria analítica útil para a compreensão dos fenômenos de gestão a ponto de merecer um devido destaque. Apenas recentemente é que o espaço e o território vêm se tornando objetos de interesse das ciências sociais, em geral e das ciências de gestão, em particular (Lauriol, Perret & Tannery, 2008) – e, diga-se passagem, ainda nos países desenvolvidos.

Se, por um lado, o espaço pode ser usado estrategicamente, como já foi bem notado pelos estudos de economia espacial (cf. Capello & Nijkamp, 2004), por outro, suas implicações sobre uma perspectiva social ainda precisam ser mais bem aprofundadas (Zieleniec, 2007). Isso porque, mais do que um fator de produção,

o espaço-tempo pode (ou deve) ser considerado uma plataforma que permite a inclusão (ou exclusão) de um conjunto de atores, seja na esfera de ação individual ou coletiva já que impõe seletivamente condicionamentos sincrônicos ou diacrônicos, de copresença ou alternância, às demais entidades da realidade que mantêm contato com ele.

Assim, do mesmo modo que desempenha constrangimentos seletivos sobre as entidades, humanas ou não, o que os impõe consequências em termos de possibilidades de uso – estratégico ou não – a estrutura espacial pode tender a promover uma participação mais democrática; seja delegada pelo representante do poder público, seja apropriada pelos próprios usuários ao efetuarem as suas bricolagens simbólicas em suas ações cotidianas, dependendo do enquadramento resultante da estrutura espaço-temporal sobre a ação coletiva.

Nesse sentido, tendo como pano de fundo a proposta de agenda de pesquisa alusiva ao espaço na teoria social defendida por (Pimentel, 2008; 2009; 2012), este trabalho tem como objetivo central explorar a relação entre a dimensão ôntica da realidade através da estrutura espaço-tempo e as distintas formas de



gestão, estratégica e social, partindo do entendimento axiomático da gestão em termos de situações de gestão (Girin, 1990; Fabbri, Gallais & Schmitt, 2010) e da análise do conceito de espaço na teoria social.

Especificamente visa-se realizar uma discussão sobre os conceitos de espaço e de situação de gestão, e seus desdobramentos no âmbito da gestão estratégica e da gestão social, apresentando um “catálogo” das categorias espaciais na teoria social e como elas se vinculam – ou podem ser vinculadas – com a gestão estratégica ou social. Por situação de gestão, entendem-se aquelas que giram em torno de problemas espacialmente situados e que, por sua natureza, afetam um grande número de atores pertencentes a diferentes grupos sociais/institucionais, que estão inscritos e posicionados sobre o (e no) espaço em que o problema se desenrola (Girin, 1990c).

Este estudo está assentado em premissas do realismo crítico, que considera a realidade como estruturada, estratificada e externa aos indivíduos e ao conhecimento que estes podem ter dela. Nesta concepção as coisas – aquilo que existe na realidade – possuem estruturas próprias que lhes conferem poderes (ou capacidades) causais, isto é, de exercerem tendências sobre outras coisas da realidade. Dentre tantas outras coisas na realidade, as estruturas espaço e tempo são cruciais no sentido de que seus poderes causais afetam todas as demais estruturas conhecidas pelo homem. Apesar disso – ou justamente por isso – elas se tornam banalizadas e desconsideradas como fontes de estudos sistemáticos (Bhaskar, 2008; Pimentel 2012).

Assim, assume-se aqui a premissa de que as estruturas ônticas da realidade, espaço e tempo, têm rebatimentos sobre os domínios epistemológicos, teóricos, metodológicos e práticos dessa realidade. Partimos da suposição de que os efeitos de constrangimentos da estrutura espacial sobre as demais entidades agem de forma seletiva sobre tais entidades, dependendo da forma como ambos estão em contato e interagem. Especificamente, supõe-se que a forma como o espaço é utilizado (ou não utilizado), organizado e gerido por diferentes atores sociais, organizacionais e institucionais se constitui num importante elemento para a gestão, que pode tanto potencializar as relações produtivas quanto contribuir para uma melhor e mais democrática inserção desses atores na esfera coletiva de ação pública. Porém, existem constrangimentos espaciais e temporais que estão além das capacidades ou possibilidades de intervenção humana, seja absolutamente seja relativamente um determinado contexto ou época. [Nestes casos, existe a possibilidade de suspensão temporária e seletiva dos efeitos da estrutura espacial sobre uma ou outra estrutura da realidade, o que se chama na física de deformação do espaço].

O argumento central defendido aqui é o de que tais estruturas apresentam constrangimentos à ação social, individual ou coletiva, e que em cada uma dessas modalidades, por exemplo, se apresentam/expressam formas de espacialidades e temporalidades distintas alusivas às características estruturais dos agentes e às formas de seu relacionamento com aquelas estruturas da realidade. Do ponto de vista prático, no âmbito das

ciências da gestão, a ação humana (que aí se dá no âmbito da ação coletiva) ocorre em situações de gestão, que se caracterizam pelo fluxo imperioso de sucessivas transformações no espaço. Nessas situações há o enquadramento tendencial decorrente da estruturação prévia da realidade e sua vinculação (ou fixação) espacial sobre as demais coisas (entidades) da realidade, convertendo-se, então, a estrutura espacial, num fator de constrangimento dessas demais entidades e seus poderes causais.

Este ensaio está organizado da seguinte forma: inicialmente faz-se uma rápida introdução ou apresentação da discussão sobre a dimensão ôntica da realidade, como foco na estrutura espaço-temporal. Em seguida, abordo a questão do espaço a partir do ponto de vista da literatura existente na teoria social, fazendo um recorte temático, embora não exaustivo, rigoroso segundo os principais expoentes que abordaram a questão, a partir de diferentes níveis de análise social. Num terceiro momento, apresento o pensamento tradicional da gestão estratégica e sua interface com o espaço a partir da discussão da economia espacial (visão como recurso). Posteriormente, são revisados a literatura referente à gestão social e sua interface com o espaço, evidenciando sua discussão como meio e possibilidade de ação.

Espaço e Tempo na Teoria Social A análise interacional de Simmel e a ideia de espaço intermediário

De acordo com Simmel (2009[1908]) as pessoas não podem estar perto ou longe umas das outras sem o espaço emprestar sua forma para isso, e mais do que aqueles processos que se queira atribuir ao tempo podem ocorrer fora do tempo. Logo, qualquer que seja o tipo de experiência e sua forma de manifestação, ela deve fazer referência de algum tipo e explicar, de alguma forma, como as estruturas e os mecanismos causais ocorrem espaço-temporalmente. Nesse sentido, é importante ressaltar que o próprio espaço e o tempo atuam como estruturas gerativas com efeitos causais, passivos ou ativos, sobre as demais estruturas.

Espaço e tempo são conceitos (camadas) muito estratificados que podem ser usados formalmente, como Lefebvre faz, para definir diferentes modalidades de espaço (físico, social, psicológico) ou empregado metaforicamente para modelar a relatividade epistêmica no espaço-tempo na realidade física. Neste caso, o caráter irreversível dos processos causais pode prover um realismo ontológico análogo, que é em parte homeomórfico [homeomorph], considerando que a causalidade (ou sua ausência) é o critério mais geral para atribuição da realidade das coisas (Bhaskar, 2008, p. 239).

Entre as degenerações mais frequentes do impulso humano causal está a cessação das condições formais, sem as quais determinados eventos não podem ocorrer para manutenção de seus motivos positivos e produtivos. O exemplo típico é o poder do tempo – uma linguagem que sempre defrauda a ação de pesquisar os motivos reais para a mitigação ou o resfriamento de sentimento, razão para processos de cura mental ou hábitos firmemente estabelecidos (Simmel, 2009[1908], p. 544). Com a significância do espaço não é diferente.

Quando a teoria estética declara que a tarefa essencial das artes plásticas é tornar o espaço perceptível para nós, ela interpreta (*misunderstands*) erroneamente que nosso

interesse está somente na forma particular das coisas, e não no espaço em geral ou na espacialidade, que constitui somente sua *conditio sine qua non*, e nem sua essência especial ou seu fator gerativo (Simmel, 2009[1908], p. 543).

Simmel (2009[1908], p. 544) considera que “o espaço é, em geral, somente uma atividade da psique, somente um meio humano de limitada ligação de afeição sensorial numa perspectiva integrada, [é] especificamente refletida na necessidade de funções psicológicas para as formas históricas individuais do espaço”. A despeito disso, a ênfase na importância espacial não é injustificada. Isso, porque, segundo o autor, a interação social entre seres humanos é – fora tudo o mais que ela é – também experimentada (experenciada) como uma percepção espacial.

Detalhando sua análise da interação espacial, indivíduos e interação social, acrescenta:

Se um número de pessoas, dentro de um limite espacial, vive isoladas umas das outras, então, cada um delas simplesmente preenche seu próprio espaço imediato com a substância de sua atividade; e [o que resta] entre este espaço e o espaço exatamente contíguo é um espaço não preenchido; praticamente exposto: nada. No momento em que dois destes [indivíduos] entram em interação social, o espaço entre eles aparece preenchido e animado. Isto é claro, jaz sobre o duplo significado do entremeio (*betweenness*): que o relacionamento *entre* [*between*] dois elementos, [...] é em um e no outro immanentemente um movimento ocorrendo ou modificando o *entre* eles, no sentido de uma intervenção espacial. [...] O entremeio como meramente uma reciprocidade funcional, cujo conteúdo continua em cada um dos seus portadores pessoais, é também na realidade percebido aqui como uma afirmação do espaço existindo entre os dois; o que sempre ocorre *entre* ambos os pontos do espaço, com a observação de que ambos, um e outro, têm seus lugares designados para isso, preenchido por cada um só (Simmel, 2009[1908], p. 545 – itálicos no original).

Assim, a análise de interação social mediada pelo espaço deve levar em conta não somente o espaço em si, com seus referentes materiais que constroem a ação humana, mas o espaço intermediário, o entremeio, da interação humana, aquele espaço que não pertence a nenhum dos indivíduos exclusivamente, mas também não existe (é o nada) sem a animação das partes envolvidas. É um espaço que emerge como espaço simbólico ou afetivo, que originará a comunidade imaginada de Benedict Anderson (cf. Vandenberghe, 2010g), mas também que apresenta uma raiz (encontra-se radicado) no espaço físico (cf. Simmel, 2009[1908]). A esse respeito, Simmel (2009[1908]) falará da diferenciação entre a emergência dos grupos sociais intrinsecamente vinculados ao espaço, como o Estado (cujo espaço físico necessário a sua concepção é o território) e aqueles que não exigem uma vinculação específica ao espaço físico (mas apenas abstratamente fazem referência a ele), como é o caso da igreja e sua dispersão para vários espaços semelhantes.

Simmel parece atrelar essa diferenciação a uma polaridade entre espaços dominados pela lógica científica ou econômica (isto é, de racionalização) e aqueles dominados pela religião ou afetividade (i.e., pelo simbólico), polarização esta que ocorre em virtude das propriedades relativas à forma e à função do espaço. Assim, se a forma parece ser mais relevante no primeiro caso, em

que a vinculação ao espaço físico é mais premente, a função parece se sobressair no segundo, no qual ocorre a dispersão por espaços semelhantes.

Sugestivamente, uma passagem a seguir resume a influência do espaço na dimensão sociológica da associação humana, que parece emergir estimulada pela situação de proximidade espacial, dada desde a Antiguidade pelos elementos de referência comum que colocam os indivíduos em uma situação de copresença e, portanto, de ‘intermediação’.

Os “bens comuns naturais” [*natural commons*], ou seja, a união de habitações em uma vila, a proteção comum de muralha e fosso; a magistratura da cidade, por qual a comunidade se tornou uma pessoa coletiva, a associação da igreja de habitantes nas paróquias. Estes são três temas totalmente diferentes que procedem a uma combinação de uma e da mesma coleção de pessoas e dentro de um mesmo pedaço de terreno (Simmel, 2009[1908], p. 544).

Qualquer que seja o erro de ambiguidade que a análise espacial relacionada à análise sociológica possa nos levar, ainda assim, a dimensão espacial é um assunto pleno de significado sociológico. De acordo com Simmel (2009[1908]), Kant define o espaço como possibilidade de estar junto, o que o torna alguma coisa para os indivíduos preencher. Portanto, a associação, nos vários tipos de interação entre indivíduos, traz diferentes possibilidades de “estar junto”, algumas das quais são percebidas de tal modo que a forma do espaço em que elas tipicamente ocorrem justifica sua ênfase na dimensão espacial.

Visando penetrar as formas de associação, em geral, e as circunstâncias espaciais do processo de associação, em particular, Simmel (2009[1908], p. 545-587) apresenta cinco características centrais do espaço: (1) a exclusividade do espaço; (2) a irredutibilidade do espaço; (3) a forma do espaço e sua influência sobre seus conteúdos; (4) a relação exterior do espaço, como estrutura material, sobre os demais fenômenos manifestados por meio de uma realidade ideal ou social e (5) a configuração do espaço e sua influência sobre as estruturas sociais (realidade social) da humanidade.

A exclusividade do espaço deriva da concepção de existência de somente um único espaço universal, do qual todos os espaços individuais são porções; então, cada porção do espaço tem um tipo de unicidade para a qual é difícil ter uma analogia.

A qualidade ou a propriedade de distanciamento se refere à fixação de um objeto num ponto único do espaço que não pode ser reduzido a outro ponto único. Tais pontos só podem ser aproximados, portanto, existe uma separação ou distância entre eles. Essa qualidade do espaço vitalmente afeta os padrões de interação social e é manifestada pela forma como o espaço é dividido (e também divide, isto é, impele-nos a fazer essa separação), para nosso uso prático, em porções que operam como unidades (como causa e como efeito) e são cercadas por limites.

[...] a extensividade do espaço acomoda a intensidade das relações sociológicas, como a continuidade do espaço, precisamente porque não contém subjetivamente nenhum limite absoluto de qualquer tipo, simplesmente permite que, em seguida, uma tal subjectividade de prevalecer por toda parte. Como quanto a natureza está em causa, cada

colocação limite é arbitrário, mesmo no caso de uma situação insular, porque de fato, em princípio, mesmo o mar pode ser "tomado posse." Precisamente por causa desta falta de preconceito espacial na natureza, **a nitidez, apesar do seu vigor e incondicionalidade do limite físico, uma vez que é fixo faz com que o poder de associação social e de sua necessidade, originário internamente, [se tornem] especialmente vivos.** [...] A Fronteira não é um fato espacial com efeitos sociológico, mas uma realidade sociológica com manifestação espacial. (Simmel, 2009[1908], p. 551 – tradução livre, negrito adicionado).

A configuração própria assumida pelo espaço influencia os padrões de interação específicos e as formações sociais deles derivadas. Essa relação entre forma e conteúdo, em que ambos se influenciam mutuamente, se dá tornando possível ou restringindo determinadas opções de uso do espaço ou tornando algumas mais convenientes e outras mais difíceis ou, mesmo, impossíveis num dado contexto.

A relação exterior do espaço, como estrutura material, sobre os graus de contiguidade ou distanciamento, é transformada na vitalidade dos padrões sociológicos de interação. Essa influência psicossocial (da vitalidade dos padrões de interação) é oferecida pelo espaço simplesmente através da posição ocupada, de proximidade ou distância perceptível, entre as pessoas que estão em algum tipo de relação umas com as outras.

A capacidade de gerir a tensão espacial em uma associação em condições comuns de sentimento e interesses depende da quantidade de potencial disponível para a abstração. Quanto mais primitiva a consciência é, menos ela é capaz de imaginar a solidariedade espacialmente separada ou a falta de solidariedade dos espacialmente próximos (Simmel, 2009[1908], p. 566).

A configuração espacial dentro da estrutura da humanidade, que é distribuída no espaço, da qual os elementos descritos acima (limites e distância, permanência e vizinhança) são como prolongamentos. As formações sociológicas básicas, derivadas das características essenciais de relacionamento com o espaço, e seus constrangimentos, são evidenciadas, segundo Simmel, pelo nomadismo e pelo sedentarismo. Enquanto a primeira centra-se na mobilidade (via migração) e usa como principal estratégia para a manutenção da coesão grupal a estratégia de peregrinação e o sentimento de comunismo 'pré-histórico', a segunda centra-se no 'abrigo' (via fixação) e usa como principal estratégia de padronização da cultura os símbolos objetivos, a fim de fornecer uma consciência de que tudo seria o mesmo em cada ponto do mesmo grupo, mesmo estando em lugares diferentes (Simmel, 2009[1908], p. 593).

A dialética (sócio)espacial de Henri Lefebvre

A visão de Lefebvre, marcada por uma influência de crítica marxista, tem ênfase, especialmente, na questão da produção do espaço. Em sua análise, Lefebvre (1999) estabelece uma distinção entre a natureza como um contexto ingenuamente dado e aquilo que se pode denominar de a "segunda natureza", a espacialidade transformada e socialmente concretizada que emerge da aplicação do trabalho deliberado. É essa segunda natureza que se transforma no sujeito e no objeto geográfico da análise histórica materialista, de uma interpretação materialista da espacialidade.

O espaço não é um objeto científico afastado da ideologia e da política, sempre foi político e estratégico. Se o espaço tem uma aparência de neutralidade e indiferença em relação a seus conteúdos e, desse modo, parece ser "puramente" formal, a epítome da abstração racional, é precisamente por ter sido ocupado e usado, e por já ter sido foco de processos passados cujos vestígios nem sempre são evidentes na paisagem. O espaço foi formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse foi um processo político. O espaço é político e ideológico. É um produto literalmente repleto de ideologias (Lefebvre, 1999, p. 101).

Assumindo, então, que o espaço – e sua organização, ordenação e reorganização – é um produto social, isto é, que emerge de um conjunto de práticas sociais e com as quais mantém estreitas relações de continuidade e descontinuidade, a questão central que se delineia não é a de ele ser uma estrutura segregada e autônoma, mas sim a relação de interdependência desta categoria em relação a um contexto social mais amplo. Nesse sentido, o que se torna relevante é a interação do espaço social (ou seja, espaço construído) e organizado e as demais estruturas, segundo determinado modo de produção. O espaço e sua organização política expressam relações sociais, embora também reajam contra as mesmas (Lefebvre, 1999).

Desse modo, observa-se que há uma possibilidade de compreender o espaço a partir de uma dialética socioespacial, funcionando numa estrutura da base econômica, em contraste com a formulação materialista vigente, que encara a organização das relações espaciais apenas como uma expressão cultural restrita ao âmbito da superestrutura. Devido ao fato de Lefebvre fornecer uma crítica às correntes anteriores¹, Soja insiste que a 'interpretação materialista da espacialidade' não pode ser assimilada por nenhuma dessas tradições, devendo ser retomada a partir do ponto de referência *lefebvriano*.

Gomes-da-Silva e Wetzel (2006), baseando-se nas três diferentes dimensões de análise da produção do espaço propostas por Lefebvre (1991) – as *práticas espaciais*, que se referem à percepção dos indivíduos sobre a dinâmica de produção do espaço, no que tange aos fluxos, transferências e interações físicas; as *representações do espaço*, que correspondem às representações e significações do espaço, elaboradas por meio de signos e o *espaço representacional*, que envolve a relação como o indivíduo atribui significado a sua experiência – elaboram um quadro analítico sobre as relações sociais no espaço potencialmente útil para a análise socioespacial nas organizações.

As ideias de campo e posição na análise de Pierre Bourdieu

Apesar de seu rigor intelectual na composição e na seleção e cruzamento precisos de uma ampla variedade de conceitos e referências de distintas tradições filosóficas e do pensamento social, vários comentadores sustentam em comum que o sistema referencial *bourdieusiano* é relativamente "simples", constituindo-se de um núcleo estruturante de três, ou talvez quatro, conceitos: campo, capital, *habitus* e violência simbólica, em torno do qual gravitam categorias secundárias, cuja função é especificar e conferir maior acuidade, aumentando o potencial explicativo de seu sistema teórico (Jenkins 2006[1992]; Thiry-Cherques, 2006;

Vandenberghe, 1999; 2009; 2010b).

O universo social – ou a teoria dos campos sociais, como é designado por muitos que reconhecem o campo como o aspecto determinante de seu trabalho – é construído por campos, microcosmos ou espaços de relações objetivas, cada qual com uma lógica própria, que não pode ser reduzida à de outros campos. O campo social pode ser visto, de forma simplificada, como um sistema de relações entre posições (que é a face objetiva do campo, o lugar na hierarquia social que cada agente ocupa no campo), disposições (que são a face subjetiva do campo, dada pelo *habitus* e pela propensão dos agentes a agir de acordo com o que lhes foi internalizado) e tomadas de posições (que remetem a uma postura, nas quais aquelas posições são expressas e cujo princípio encontra-se na estrutura e no funcionamento do campo) (Vandenberghe, 2010b).

Segundo Vandenberghe (2010b), a teoria do campo é a realização concreta do pensamento relacional em uma esfera particular de ação. Ela surge da tentativa de superação da oposição entre subjetivismo e objetivismo, mediante uma relação suplementar vertical, que medeia o sistema de disposições subjetivas – de indivíduos e coletividades – e posições objetivas no espaço social (Thiry-Cherques, 2006).

A concepção de campo esteve, desde o início, ligada a uma visão altamente conflitual do mundo, como uma batalha permanente por poder, prestígio e toda espécie de capital (Vandenberghe, 2010b), sendo um espaço de relações objetivas entre indivíduos e instituições que competem pela dominação de um cabedal específico (Thiry-Cherques, 2006). A metáfora do campo é invocada no sentido de uma arena social dentro da qual ocorrem lutas e manobras para ter acesso a recursos específicos (Jenkins, 2006[1992]). Ela se refere a um campo de forças – assim como na física – dado por uma estrutura, pré-existente, que constrange – devido à existência limitada de recursos e do próprio espaço (físico e social) onde se situam os agentes envolvidos, levando-os, necessariamente a engajarem-se em lutas sociais, conforme suas posições relativas no campo. Com vistas a ter ou a aumentar o seu acesso aos recursos (ou capitais) existentes no campo, o que culminará com a conservação ou a transformação de sua estrutura inicial (Bourdieu, 1996, p.50).

Dentro da perspectiva do estruturalismo genético de Bourdieu, é preciso reconhecer que o foco central de investigação reside na análise de estruturas objetivas, mas não de uma forma fixa e estanque, como no estruturalismo clássico de Strauss, mas, sim, vinculando a análise das estruturas ao sistema de relações, que é localizado espaço-temporalmente. Sua análise estuda o campo como produto de uma gênese, ou seja, da incorporação de estruturas pré-existentes. Assim, a estrutura do campo designa uma exterioridade (o que não é o campo) e uma interioridade (as instituições e agentes que existem e subsistem pela diferença). Ela é dada pelas relações de força entre os agentes e as instituições que lutam pela hegemonia no interior do campo, isto é, o monopólio de autoridade que outorga o poder de ditar regras (Thiry-Cherques, 2006).

Devido à sua análise objetiva das relações estruturais

estabelecidas, de modo pressuposto por Bourdieu, os campos podem ser analisados independentemente da característica de seus ocupantes, ou seja, como um sistema de relações objetivas. Porém, os campos sociais não são estruturas fixas, espaços estruturados de posições em um determinado momento (Jenkins, 2006[1992]). Pelo contrário, são produtos da história de suas posições e disposições que os reproduzem. “Nossa posição em um campo designa a forma como consumimos não só as coisas, mas também o ensino, a política, as artes. Determina, igualmente, a forma como as produzimos e acumulamos.” (Bourdieu, 1984, p. 210).

Segundo Bourdieu e Wacquant (2005), os campos resultam dos processos de diferenciação social, da forma de ser e de (re)conhecer o mundo, embebidos num processo de constante evolução da sociedade que faz com que surjam novos campos num processo de diferenciação continuado. Desse modo, todo campo é produto histórico e, portanto, possui um *nomos* (conjunto de leis que o regem) distinto. O que determina a existência de um campo e demarca seus limites são os interesses específicos, os investimentos econômicos e psicológicos realizados pelos diferentes agentes, dotados de um *habitus* específico convergente com aquele campo, e as instituições nele inseridas e que almejam um retorno, nas diferentes formas de capital, relacionado ao capital dominante naquele campo.

Desnecessário dizer que todo jogo pressupõe regras e, nesse sentido, os agentes do campo, tacita ou explicitamente, compartilham um consenso sobre a *doxa* do campo (Bourdieu; Wacquant, 2005). Apesar de cada campo criar – ou melhor, institucionalizar – seu próprio objeto e seu princípio de compreensão, os campos sociais não são autoevidentes e precisam ser definidos como tais, o que requer a observação e a delimitação analítica do pesquisador sobre um determinado segmento do mundo social.

Os campos sociais têm propriedades universais e características próprias, o que não impede que Bourdieu defenda a homologia estrutural entre os campos. Todos os campos têm: a) *habitus*, da classe e subclasse em que se posiciona o agente que é, ao mesmo tempo, uma predisposição para agir de acordo com o que ele assimilou ao longo do seu processo de aprendizado; b) uma estrutura, que se refere ao sistema “objetivo” de relações entre os agentes, identificadas no espaço social; c) a *doxa*, ou opinião consensual (substitui o conceito marxista de ideologia), e remete àquilo sobre o que todos os agentes estão de acordo, sendo, portanto, oposto ao científico, e contempla tudo aquilo que é admitido como “sendo assim mesmo” e d) o *nomos*, que diz respeito às leis (e as racionalidades?) específicas que o regem (Thiry-Cherques, 2006).

A Dimensão Espacial das Estratégias

Em seu trabalho *O espaço e o território* na agenda de pesquisa em estratégia, Lauriol, Perret e Tannery (2008) elaboram uma retrospectiva histórica sobre o desenvolvimento e a incorporação dos estudos sobre a dimensão espacial no campo da economia e da administração, ao longo do século passado, enfatizando para isso três grandes momentos: (1) a localização

das atividades ou o espaço como variável do desenho organizacional, (2) a gestão estratégica do espaço e das distâncias e (3) o território como modalidade de organização do espaço.

O fato de que um número especial da revista *Advances in Strategic Management* (2003) ser dedicado ao tem “Geografia e Estratégia” constitui um sinal da importância dada a questão espacial em estratégia. Neste número, Sorenson e Baum (2003) propõem uma divisão dos trabalhos em duas categorias: aqueles que abordam a estratégia de localização a partir de uma questão de “local” (place), considerando-se para isso as performances superiores obtidas devido à localização da atividade empresarial em uma dada região, que concentraria um conjunto de características e atributos peculiares do território. Pelo fato destes atributos estarem fixados no local – e, portanto, não serem móveis – eles forneceriam a essa localização uma vantagem e favoreceriam uma dinâmica de aglomeração no seu entorno. Assim, as empresas buscariam incorporar as externalidades desse espaço como uma vantagem competitiva.

O outro conjunto de trabalhos seria o daqueles que abordam a questão da localização a partir de uma questão de “espaço”, considerando a distribuição espacial das firmas pelo interior de uma indústria, assim como a repartição dos ativos e dos recursos ao seio das próprias firmas. Estas duas questões tem consequências sobre a organização das relações entre as indústrias. Esta performance superior é atribuída supostamente a sua localização, seja pela (1) localização das atividades ou o espaço como variável do desenho organizacional, (2) gestão estratégica do espaço e das distâncias; ou (3) pelo território como modalidade de organização do espaço. Cada uma dessas vertentes (ou momentos específicos) representa uma forma de ver e lida com a dimensão espacial no âmbito da administração, e também, propõe um conjunto de elementos e práticas específicas para a gestão do mesmo – com base em determinados elementos/atributos valorizados no espaço).

O Espaço como Referente Central na Gestão Social

O que é considerado hoje como gestão social remonta a práticas de associação dos trabalhadores para a organização da produção e do consumo e também a autoajuda, iniciadas em meados do século XIX, aproximadamente entre as décadas de 1830 e 1850 (Lechat, 2002). Porém, estas iniciativas não deixaram de existir, simplesmente tiveram seu papel reduzido ou ofuscado devido à roubada de cena pelo papel das empresas capitalistas, num primeiro momento, e depois pelo Estado, num segundo. Para Lechat (2002), após a Segunda Guerra mundial, a economia não monetária (doméstica e de reciprocidade) tinha ficado marginalizada pela expansão do mercado e pela estatização das iniciativas associativas mais dinâmicas. Mas este quadro mudou a partir da segunda metade da década de 70 do século XX. Uma nova crise do sistema capitalista trouxe por consequências, o desemprego e o fechamento de empresas e criou-se um quadro dramático para a classe trabalhadora. Nas décadas de 1970 e 1980 emergiu uma onda de iniciativas, por exemplo, através de cooperativas de trabalhadores, para salvar ou criar empregos,

através de empresas autogeridas por eles mesmos.

Importa destacar na gestão social o fato de que, além de ser aplicado a sistemas autogestionários produtivos e de consumo tais como cooperativas, associações e mutualidades, ela também vem ganhando espaço ao ser aplicada em sistemas mais amplos. Não apenas de caráter local, tais como redes de cooperativas, bancos populares e comunidades inteiras. A lógica da gestão social tem se aplicado cada vez mais a sistemas sociais mais amplos, vinculando-se não especificamente ao tipo de empreendimento, mas sim à forma como esse sistema é gerido (com a lógica voltada para o desenvolvimento). E por isso, tem se aproximado muito do que poderia se considerar como políticas públicas, mas realizadas de forma auto-organizada e autogestionária.

Do ponto de vista teórico, por se tratar de um conceito em construção, a noção de gestão social ainda não é consensual entre os autores. Apesar das diversas abordagens, alguns princípios podem ser identificados como característicos e definidores da gestão social. Para França Filho (2008), a gestão social é considerada em dois níveis: (1) como uma problemática da sociedade e (2) como uma modalidade específica de gestão. Quanto à problemática da sociedade, o termo diz respeito à gestão das demandas e necessidades do social. O social, neste sentido, sugere a ideia de política social, remetendo à própria ideia de gestão pública. Neste sentido, a finalidade deve ser coletiva e deve se sobrepor à individual.

Como uma modalidade específica de gestão, a gestão social seria uma forma de subordinar as lógicas instrumentais do cálculo econômico a outras lógicas: sociais, políticas, culturais ou ecológicas (França Filho, 2003). Dessa forma, o uso do termo gestão social alinha-se a uma tentativa de contrabalanceamento aos excessos da lógica individualista pautada na racionalidade instrumental. A gestão social, vale ressaltar, não buscaria apagar ou substituir o aspecto econômico, mas sim o reequilíbrio do sistema pela incorporação e valorização de outros aspectos, como culturais, ecológicos e sociais.

França Filho (2003) entende a gestão social como o modo de gestão próprio das organizações da sociedade civil, da esfera pública não estatal, distinto tanto do modo de gestão da iniciativa privada quanto do daquele utilizado pelo Estado, pois ambos se fundamentam na racionalidade instrumental que norteia o cálculo utilitário das consequências. Na gestão social há, de maneira diferente, o desenvolvimento de formas de gestão que se fundamentam na racionalidade substantiva, isto é, em que os valores sociais, as formas de solidariedade e espontaneidade e os laços sociais se colocam acima dos procedimentos instrumentais de cálculo. Assim, os objetivos são, sobretudo, não econômicos, e estes aparecem como um meio para realização dos fins sociais (políticos, culturais, ecológicos).

Outro autor contemporâneo de destaque no contexto brasileiro acerca do tema é Tenório (2008), cuja preocupação central reside na construção de um pensamento próprio sobre gestão social, que se fundamente essencialmente na noção de esfera pública e que possa ser aplicado a qualquer tipo de organização e em qualquer contexto. O autor acrescentou à discussão do termo gestão social

o conceito de cidadania deliberativa e a noção de participação. Esta necessidade de acréscimo da participação para o conceito refere-se à ênfase que se faz primordial quando se deseja dizer que a gestão social deve ser praticada como um processo intersubjetivo, dialógico, onde todos têm direito à fala sem coerção. E este processo deve ocorrer em um determinado espaço social, na esfera pública.

Assim, Tenório (2008a, p.54) entende gestão social como o “processo gerencial decisório deliberativo que procura atender às necessidades de uma dada sociedade, região, território ou sistema social específico”. Para Tenório (2008a), o conceito de gestão social tem sido objeto de estudo e prática muito mais associado à gestão de políticas sociais, de organizações não-governamentais (ONGs), de combate à pobreza e até ambiental, do que à discussão e possibilidade de uma gestão democrática, participativa, quer na formulação de políticas públicas, quer naquelas relações de caráter produtivo.

Tentando detalhar mais o conceito, Tenório (2008a, p.40) defende que a gestão social seja:

[um] processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais). O adjetivo social qualificando o substantivo gestão será entendido como o espaço privilegiado de relações sociais onde todos têm o direito a fala, sem nenhum tipo de coação.

Já Fischer (2002) aborda o conceito de gestão social como gestão do desenvolvimento social, pois para a autora se trata da transição entre modelos passados e novas formas comprometidas com utopias de desenvolvimento local. Ao discutirem o modo pelo qual se deve realizar este desenvolvimento, Gondim, Fischer e Melo (2006) ressaltam a importância da articulação de lideranças, eficácia e eficiência social. A gestão social tratar-se-ia, então, de mediações sociais realizadas por indivíduos (gestores) e suas organizações. Para as autoras, múltiplas formas de poder são exercidas em diferentes escalas, na complexa construção de

programas e ações de desenvolvimento que ocorrem em espaços territoriais e virtuais. Assim, o desafio que demanda competência do gestor social é conciliar os interesses diversos (Gondim, Fischer & Melo, 2006). Em síntese, essas autoras entendem como sendo gestão social: “um ato relacional capaz de dirigir e regular processos por meio da mobilização ampla de atores na tomada de decisão, que resulte em parcerias intra e interorganizacionais, valorizando as estruturas descentralizadas e participativas, tendo como norte o equilíbrio entre a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva, para alcançar enfim um bem coletivamente planejado, viável e sustentável a médio e longo prazo” (Gondim, Fischer & Melo, 2006, p.4).

Diante de tantas abordagens do conceito de gestão social, Pimentel e Pimentel (2010) selecionaram nove categorias de análise, quais sejam: (1). objetivo; (2) valor; (3) racionalidade; (4) protagonista; (5) comunicação; (6) processo decisório; (7) operacionalização; (8) esfera de atuação; e (9) autonomia/poder. O objetivo dos autores era identificar pontos de encontro e desencontro conceituais entre os teóricos. A partir da análise empreendida, os autores sintetizam a discussão elencando sete princípios ou fundamentos teóricos da gestão social:

- P1: A gestão social tem como objetivo o interesse coletivo de caráter público;
- P2: A orientação de valor da gestão social é o interesse público bem compreendido;
- P3: A gestão social deve subordinar a lógica instrumental a um processo decisório deliberativo, pautando-se na racionalidade substantiva;
- P4: A gestão social tem como protagonista a sociedade civil organizada, mas envolve todos os atores sociais, organizacionais e institucionais de um dado espaço público;
- P5: A gestão social é um processo participativo, dialógico, consensual;
- P6: A gestão social se materializa pela deliberação coletiva alcançada pelo consenso possível gerado pela argumentação livre;
- P7: As parcerias e redes intersetoriais, tanto práticas como de conhecimentos, ao formarem uma esfera pública, são formas de pensar e operacionalizar a gestão social.

Quadro 1: Tipos de gestão e suas características

Categorias de Análise	Gestão Estratégica	Gestão Pública	Gestão Social
Objetivo	Lucro	Interesse Público	Interesse Coletivo de Caráter Público
Valor	Competição	Normativo	Cooperação Intra e Interorganizacional
Racionalidade	Instrumental	Burocrática	Substantiva/comunicativa
Protagonistas	Mercado	Estado	Sociedade Civil Organizada
Comunicação	Monológica, vertical, com restrição ao direito de fala	Monológica/Dialógica, vertical com algumas horizontalidades; em tese sem restrição à fala	Dialógica, com pouca ou nenhuma restrição ao direito de fala
Processo decisório	Centralizado/ <i>top down</i>	Centralizado com possibilidade de participação (<i>bottom up</i>)	Descentralizado, emergente e participativo/surge como construção coletiva
Operacionalização	Estratégica, com foco em indicadores financeiros	Estratégica, com foco em indicadores sociais	Social, com foco em indicadores qualitativos e quantitativos
Esfera de atuação	Privada	Pública Estatal	Pública Social (França Filho) x qualquer esfera (Tenório; Dowbor)
Autonomia e poder	Há diferentes graus de coerção e submissão entre os atores envolvidos	Há coerção normativa entre os atores envolvidos	Não há coerção, todos têm iguais condições de participação (Tenório) x As relações de poder restringem a capacidade de cada um se posicionar no debate (Fischer <i>et al</i> ; Godim, Fischer e Melo)

Fonte: Pimentel e Pimentel (2010, p. 9-10).

As categorias de análise *esfera* e *autonomia/poder* apresentaram divergências conceituais e por isso foram consideradas como limitações do campo. Com relação à esfera de atuação da gestão social, para França Filho (2008) seria a esfera pública não estatal, mais exatamente, a gestão social seria própria das organizações da sociedade civil. Para os demais autores analisados, entretanto, ela pode ocorrer em qualquer tipo de sistema social, a depender do grau de participação, diálogo e deliberação envolvidos.

Outro ponto de divergência diz respeito ao consenso racional. Tenório considera que o espaço da gestão social é o espaço das relações sociais onde todos têm direito à fala, sem coação. Por outro lado, autores como Godim, Fischer e Melo (2006) reconhecem e incluem a dimensão do poder em suas análises

sobre gestão social, considerando esse espaço de uma maneira mais plural, complexa e difícil de ser trabalhada, uma vez que se deve tentar levar em conta os interesses, muitas vezes antagônicos, dos diversos envolvidos.

Que Categorias de Análise Espacial? Para Que Tipo de Gestão?

O quadro abaixo sintetiza um conjunto de categorias espaciais a partir de 3 questões: (1) o níveis de análise da realidade social: micro, mesmo e macro; (2) as polaridades de uma relação dialética marcada pela forma, conteúdo e entremeio; e (3) as propriedades ou tendências gerais emanadas pela sua estrutura ôntica, de fixação, *embodiment* (incorporação para a constituição de objetos corpóreosⁱⁱ) e torções.

Quadro 2: Catálogo de categorias espaciais

Escalas / Níveis Polaridades	Micro	Meso	Macro
Forma	1) a exclusividade do espaço (2) a irredutibilidade do espaço; (3) constrangimentos da forma do espaço sobre seus conteúdos;	as práticas espaciais,	Posição
Conteúdo	(4) a relação exterior do espaço, como estrutura material, sobre os demais fenômenos manifestados por meio de uma realidade ideal ou social;	as representações do espaço,	Capitais
Entremeio	(5) a configuração do (espaço e sua influência sobre as estruturas sociais (realidade social) da humanidade, via transbordamento.	espaço representacional,	Campo / Sistema
Propriedades	(1) sua propriedade de fixação ("moldura") das demais coisas (objetos ou substâncias) da/na realidade e seu consequente efeito de enquadramento; (2) <i>embodiment</i> , derivado da dimensão espaço-temporal (absoluta na vida humana) (3) a deformação da estrutura espaço-temporal (alteração do comportamento do espaço segundo as propriedades dos objetos de realidade artefactual): torção e tensionamento (estiramento ou compressão) e, por consequência a alteração dos efeitos de suas propriedades sobre outras entidades;		

Legenda: cor – implicações da estrutura espacial predominantemente para a gestão estratégica.

cor – implicações da estrutura espacial predominantemente para a gestão social.

Fonte: elaboração própria.

Enquanto as formas de gestão estratégica parecem privilegiar os elementos de análise espacial relacionados majoritariamente à **forma** da estrutura espacial, as formas de gestão social tendem a privilegiar os elementos relacionados ao seu **conteúdo**. As temáticas de análise espacial, do ponto de vista da gestão estratégica focam, por exemplo, (1) a localização das atividades ou o espaço como variável do desenho organizacional, (2) a gestão estratégica do espaço e das distâncias e (3) o território como modalidade de organização do espaço. Em todos esses casos a variável chave se relaciona com a exclusividade do espaço no caso do desenho organizacional; com a irredutibilidade (e contiguidade) do espaço, no caso da gestão do espaço e das distâncias; e com a forma do espaço e sua influência sobre seus conteúdos, no caso do território como modalidade de organização do espaço.

Por sua vez, o que se pode perceber no caso da gestão social é uma dupla inserção da dimensão espacial, ora como esfera

(entendida como *locus*) de atuação das práticas de gestão social ora como metonímia do grupo social a que abrange. No primeiro sentido o tipo de espaço varia e o que está em jogo é a forma do (tipos de práticas) que se ocorrem em qualquer lugar (espaço), inclusive aparentemente não deliberativos, em termos de cidadania, como é o caso das empresas privadas. No segundo sentido, reivindica-se uma espécie de comunitarismo, onde a vinculação a um território específico é necessária. Em ambos os casos a questão do espaço como um referente, em termos de conteúdo, parece se sobrepor a lógica do aspectos de funcionamento de sua forma.

Recobrando a análise de interação social mediada pelo espaço feita por Simmel (2009[1908]), este autor apresenta um argumento de grande valia para nossa análise aqui empreendida, concernente à diferenciação entre a emergência dos grupos sociais intrinsecamente vinculados ao espaço, como o Estado (cujo elemento físico necessário a sua concepção é o território) e

aqueles que não exigem uma vinculação específica ao espaço físico (mas apenas abstratamente fazem referência a ele), como é o caso da igreja, do mesmo modo, ao analisar a gestão social, inicialmente tende-se a analisá-la a uma posição de vinculação ao espaço, como o Estado, sendo este espaço dominado pela lógica da afetividade. Porém, esta análise não é tão simples, uma vez que as próprias concepções sobre o conceito de gestão social variam, modificando assim as possibilidades de sua relação com o espaço. Se por exemplo, para França Filho a gestão social é uma forma de gestão pública e, portanto, engloba ou pode englobar todos os indivíduos pertencentes a essa esfera, para Tenório o que está em jogo é a possibilidade de exercício da cidadania deliberativa. Então, se de um lado, temos uma vinculação quanto à forma, de outro, isto não se torna importante na medida em que qualquer forma que possibilite o conteúdo do exercício deliberativo (inclusive numa empresa privada).

Mas, talvez, do ponto de vista da sociologia interacional a questão do **entremeio**, e seu efeito de transbordamento, seja o principal elemento para se pensar a gestão social e sua relação com o espaço, pois é a partir da constituição desse espaço de transição entre duas contiguidades que se gera a esfera de livre domínio pública.

Quando movemos nossa análise para o nível mesossociológico, basicamente podemos identificar uma distinção entre as **práticas espaciais**, que operam no nível da forma como o espaço é utilizado. Por outro lado, as **representações do espaço**, elaboradas pelos grupos sociais, nos trazem informações sobre os elementos simbólicos do espaço e ao conteúdo que este permite vincular e comunicar funcionando como um meio de cultura e comunicação. Já o **espaço representacional** nos informa especificamente com o indivíduo ou os grupos sociais percebem sua experiência subjetiva em relação ao espaço em que estão inseridos. Assim, enquanto as práticas espaciais podem ser associadas a uma visão mais estratégica do espaço, pois em qualquer circunstância depende da forma exclusivista de apropriação e uso do espaço, em termos de fluxos e fixos; as representações do espaço e o espaço representacional dizem respeito a elementos e questões simbólico-afetivas – reforçando a lógica de emergência de grupos vinculados ao espaço, como apontado por Simmel – onde os elementos de gestão social ganham força uma vez que não há exclusividade em termos de compartilhamento de tais representações, nem mesmo nas experimentações individuais, uma vez que elas são culturalmente conformadas.

Por fim, quanto ao nível macro, enquanto a posição que um ator ocupa no espaço é algo único e exclusivo (daí a estratégias para se conquistar *market share*, por exemplo), em termos de conteúdos, a estrutura espacial abriga recursos que encontram-se desigualmente dispersos e que podem ser vistos como recursos ou capitais. Embora possam ser apropriados individual e exclusivamente, seu valor seja externa e dialogicamente definidos pela relação com outros agentes, o que nos fornece, portanto, uma característica substantiva, em termos de conteúdo. Por sua

vez, a própria noção de campo (ou sistema) pode ser vista como um espaço de relações sociais preenchido pelos agentes e marcado pelas distancias das relações que mantem entre si.

Considerações Finais

Em síntese, retomando o objetivo aqui delineado de realizar uma discussão sobre os conceitos de espaço social e de situação de gestão, tentando esboçar seus desdobramentos no âmbito da gestão estratégica e da gestão social, acredita-se que logramos êxito nesta empreitada ao identificar, sumarizar e apontar de que forma algumas das principais características e propriedades do espaço, enquanto estrutura ôntica da realidade, têm rebatimentos sobre a gestão, enquanto uma forma de ação coletiva, e particularmente sobre formas de gestão específicas.

Ao apresentar uma mapeamento inicial dos modos pelos quais a categoria espaço aparece sob a forma de conceitos específicos na teoria social, tentou-se ampliar o conhecimento teórico e de suas implicações, com que a categoria espaço é manejada – ainda que esparsamente – nos estudos de gestão. Adicionalmente, ao compreender melhor como o uso – consciente ou não, tácito ou explícito – dessa categoria pode ter desdobramentos teóricos e práticos, estudiosos e gestores podem a partir daí empregar de forma mais consciente e habilidosa o uso não só do termo teórico mas também vislumbrar suas aplicações práticas, permitindo assim um aprofundamento da teorização sobre gestão, tanto estratégica como social.

Particularmente, no âmbito da gestão social, a consideração sobre a categoria espaço ainda é uma questão não resolvida, como apontado por Pimentel et al (2010), o que nos ajudar a avançar numa melhor delimitação da noção de “esfera” (ou espaço) de aplicação da gestão social.

Se por um lado, este trabalho traz uma proposição potencialmente original, visto que ainda é pouco desenvolvido os estudos sobre o espaço no âmbito da gestão, por outro lado, afirma-se aqui o caráter propedêutico e seminal deste estudo, cuja virtude talvez seja muito mais a de estimular e abrir um debate mais amplo do que a de determinar os contornos exatos do tema. Assim, sugere-se que mais estudos sejam necessários, tanto teórica quanto empiricamente, no sentido de largar e aprofundar o debate ora proposto.

REFERENCIAS

- Acrkoyd, S. (2000). Connecting organizations and societies: a realist analysis of structures. In Acrkoyd, S.; Fleetwood, S. *Realist perspectives on management and organizations*. London: Routledge.
- Archer, M. S. (2002). Realism and the problem of agency. *Journal of Critical Realism (incorporating Alethia)*, 5(1), p.11-20.
- Bhaskar, R. (2008[1993]). *Dialectic: the Pulse of Freedom*. (p.403) New York (USA): Routledge / Taylor & Francis Group.
- Bhaskar, R. R. (1998 [1979]). *The Possibility of Naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences*. (3rd Edition). Routledge: London/New York.
- Bhaskar, R. R. (1978) On the Possibility of Social Scientific Knowledge and the Limits of Naturalism. *Journal for the Theory of Social Behavior*. 8 (1).
- Brandão, C. (2008). Pactos em Territórios: escalas de abordagem e ações pelo desenvolvimento. *Organizações & Sociedade*. 15(45),
- Brante, T. (2001). Consequências do realismo na construção de teoria sociológica. *Sociologia*, set. 2001, no.36, p.9-38.
- Capello, R.; Nijkamp, P. eds. (2004). *Urban Dynamics and Growth: Advances in Urban Economics*. Elsevier.

- Coase, R.H. (1993). The nature of the firm (1937). In Williamson, O.E.; Winter, S.G. *The nature of the firm: origins, evolution and development*. Oxford: Oxford University Press.
- Elder-Vass, D. (2004). Re-Examining Bhaskar three ontological domains: the lessons from emergence. *Paper presented at IACR Conference*. Cambridge.
- _____. (2010). *The Causal Power of Social Structures: Emergence, Structure and Agency*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fleetwood, S. (2005). Ontology in organization and management studies: a critical realist perspective. *Organization*, 12(2).
- Fleetwood, S. (2008). Institutions and social structures. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 38 (3), 2008. p.241-265.
- Fleetwood, S. (2008a). The ontology of things, properties and powers. *Journal of Critical Realism*, 8(3),
- Fleetwood, S. (2008b). Structure, institution, agency, habit and reflexive deliberation. *Journal of Institutional Economics*, 4(2).
- Friedberg, E. (1993). *Le Pouvoir et la règle: dynamiques de l'action organisée*. (p.404). Paris: Ed. du Seuil.
- Girin, J. (1990). Analyse empirique des situations de gestion: éléments de théorie et de méthode. In : Martinet, A.C. [Dir.] *Epistémologie et sciences de gestion*, Economica.
- Harré, R. (1988). *As Filosofias da ciência*. Lisboa: Edições 70.
- Jessop, B. (2005). Critical Realism and the Strategic-Relational Approach. *New Formations*, 56, pp.40-53.
- Leloup, F.; Moyart, L.; Pecqueur, B.(2004). *La gouvernance territoriale comme nouveau mode de coordination territoriale?* 4èmes journées de la proximité. Proximité, réseaux et coordination, 17 et 18 Juin 2004.
- Marshall, A.(1985). *Princípios de Economia*: tradado introdutório. (2ª ed., Vol. I, Cap. VIII – XII, pp. 211 – 271. Abril Cultural.
- Mendez, A.; Mercier, D. (2006). Compétences-cles de territoires: le rôle des relations interorganisationnelles. *Revue Française de Gestion*, 164, p.253-275.
- Pimentel, T. D.; Pimentel, M. P. C.; Pereira, J. R.; Brito, M. J. de. *Gestão Social: perspectivas, princípios e (de)limitações*. In: Ferreira, M. A. M.; Emmendoerfer, M. L.; Gava, R. (Org.). *Administração Pública, Gestão Social e Economia Solidária: avanços e desafios*. Viçosa (MG): Editora da Universidade Federal de Viçosa, 2010, v. 1, p. 145-166
- Porter, M. (1998). Clusters and the new economics of competition. *Harvard Business Review*, Nov./Dec.
- Santos Silva, J. A. dos. (2004). *Turismo, Crescimento e Desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster*. Tese (Doutorado) em Ciências da Comunicação. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, USP.
- Vandenberghe, F. (2007) *Une ontologie realiste pour La sociologie: système, morphogenèse et collectifs*. *Social Science Information*, 46 (3), pp.487-542.
- Vandenberghe, F. (2007a). Avatars of the Collective. A Realist Theory of Collective Subjectivities. *Sociological Theory*, 25 (4), pp. 295-324.
- Vandenberghe, F. (2010) *Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG/ Rio de Janeiro (RJ): IUPERJ.
- Vandenberghe, F. (2010g) Uma ontologia realista para a sociologia: morfogenese da sociedade e estruturação das subjetividades coletivas. In: VANDENBERGHE, Frédéric. *Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG/ Rio de Janeiro (RJ): IUPERJ., pp.183-256.
- Vandenberghe, F. *O esgotamento do novo movimento teórico e a era dos epígonos*. In: *Invenção do Contemporâneo*, 2009, Campinas. CPFL. Palestra publicada em vídeo em: 09/10/2009 às 22:45:05. Recuperado em: <http://www.cpfcultura.com.br/site/2009/11/30/integra-o-esgotamento-do-%E2%80%9Cnovo-movimento-teorico%E2%80%9D-e-a-era-de-epigonos-frederic-vandenberghe/>

ⁱ O existencialismo e a fenomenologia, o estruturalismo e o estrutural marxismo.

ⁱⁱ Acesso indireto do conhecimento da realidade, material ou não (lembrando que matéria e energia são a mesma coisa em estados diferentes, portanto, não há problemas em afirmar que, em último caso, a realidade tem que ser, de algum grau, manifestada ou suportada indiretamente pela matéria) via “efeitos” de deformação da estrutura espaço-tempo. Como afirma Fleetwood (2005, p. 201), é preciso aceitar que há limites para a interpretação e que tais limites são frequentemente estabelecidos pela materialidade de uma entidade em si mesma; embora o realismo crítico seja materialista, nesta questão e em outras similares, o reconhecimento de que as entidades materiais são conceitualmente mediadas o previne contra (e distância de) qualquer materialismo vulgar.